

Terapia Centrada no Cliente no Aconselhamento Pastoral

Client-Centered Therapy in Pastoral Counseling

Sandro José Gomes¹

PSIQUE – ISSN 1647-2284 – N.º 8 – Janeiro-Dezembro 2012 – pp. 163-188

Recebido em 14/7/2012; aceite em 24/10/2012

Resumo

O Aconselhamento Pastoral constitui uma das diversas áreas de Aconselhamento Psicológico que fundamenta-se na crença na dignidade e no valor do indivíduo pelo reconhecimento de sua liberdade em determinar seus próprios valores e objetivos, afirmando que o indivíduo tem um valor em si, independentemente do que possa realizar. No entanto, às vezes, a pessoa não é consciente ou ignora este potencial de desenvolvimento, desta forma, o aconselhamento visa ajudá-la a desenvolver sua singularidade e a acentuar sua individualidade. Este artigo parte do pressuposto que é possível viabilizar o Aconselhamento Pastoral tendo por base a Abordagem Centrada na Pessoa, de Carl Rogers, levando-se em consideração que a pessoa tem capacidade para melhorar sua potencialidade e em sua estrutura psíquica através de experiências satisfatórias vivenciadas no âmbito da Igreja.

¹ Psicanalista clínico, licenciado em ciências naturais, licenciado em pedagogia, bacharel em teologia, especialista em política e estratégia, especialista em gestão escolar, especialista em psicologia clínica e do aconselhamento, mestre em gestão de desenvolvimento local sustentável, doutorando em psicologia. Universidade Autónoma de Lisboa. E-mail: bisposandrogomes@hotmail.com.

Palavras-chave: Abordagem Centrada na Pessoa, Aconselhamento Pastoral, Psicologia do Aconselhamento.

Abstract

Pastoral Counseling is one of several areas of psychological counseling that is based on the belief in the dignity and worth of the individual by recognizing their freedom to determine their own values and goals, stating that the individual has a value in itself, regardless of what he or she can accomplish. However, sometimes the person is not aware or ignores this potential development and in this way, the advice is intended to help them develop their uniqueness and accentuate their individuality. This article assumes that it is possible to enable Pastoral Counseling based on the Person-Centered Approach of Carl Rogers, taking into consideration that a person has the ability to improve his or her capability and psychic structure through experiences lived in satisfaction within the Church.

Keywords: Counseling Psychology, Pastoral Counseling, Person-Centered Approach.

O objetivo deste artigo consiste em analisar até que ponto os pressupostos filosóficos da Abordagem Centrada na Pessoa podem ou não serem compatibilizados com os pressupostos gerais da fé evangélica, de forma a possibilitar um tipo de aconselhamento pastoral fundamentado na abordagem de Carl Rogers.

Assim partindo do pressuposto que é possível viabilizar o Aconselhamento Pastoral tendo por base a terapia Centrada no Cliente, de Carl Rogers, levantou-se por hipótese que o aconselhamento pastoral sustenta-se na crença que a pessoa tem em sua estrutura psíquica capacidade para melhorar sua potencialidade através de experiências satisfatórias vivenciadas no âmbito da Igreja, podendo assim dar novo significado em seus valores, pois, conforme Wood (1983, citado por Rosenberg, 1987, p. 27)

“ajudas bem-sucedidas parecem envolver e ajudar a pessoa em transição a experimentar e dar sentido ao que vivencia, enquanto se acreditar na pessoa como capaz de crescer e assumir suas novas situações de vida.”

Embora sua metodologia consista fundamentalmente na pesquisa bibliográfica, a justificativa deste artigo, consiste no fato que em muitas denominações evangélicas o aconselhamento pastoral é considerado como uma ferramenta de extrema importância para o ministério pastoral; todavia é pouco conhecida pela maioria dos fiéis e muitos ministros, sendo seu uso ainda encarado como complexo (Gomes, Silva & Gomes, 2010).

Contextualizando o Tema

Na relação de ajuda o aconselhamento psicológico pretende viabilizar uma adaptação mais satisfatória do indivíduo à situação em que se encontra e aperfeiçoar os seus recursos pessoais em termos de autoconhecimento, auto-ajuda e autonomia; pois o caráter psicológico da intervenção é centrada em sentimentos, pensamentos, percepções e conflitos e a facilitação da mudança de comportamentos (Jordão, 2001).

Assim, o aconselhamento psicológico (*counselling*) está relacionado à resolução de determinados problemas, com o processo de tomada de decisões, com o confronto com crises pessoais, com a melhoria das relações interpessoais e a promoção do auto-conhecimento e autonomia pessoal (Jordão, 2001).

Sendo sua finalidade principal promover o bem-estar psicológico e a autonomia pessoal no confronto com as dificuldades e os problemas, o aconselhamento psicológico está focalizado no presente, mais orientado para a ação do que para a reflexão, e mais centrado na prevenção do que no tratamento (processo inverso à psicoterapia); portanto, aconselhar, conforme Rowland (1992) é mais que dar conselhos ou prescrever condutas, no entanto, trata-se de ajudar o sujeito a compreender-se a si próprio e à situação em que se encontra e ajudá-lo a melhorar a sua capacidade de tomar decisões que lhe sejam benéficas.

O aconselhamento pode ser diferenciado entre aconselhamento diretivo e não diretivo. No primeiro o aconselhamento está calcado em amplo

e completo diagnóstico do caso, no estudo de diversas soluções ou meios apresentados ao orientando, e com ele claramente discutidos; o segundo, no entanto, está baseada no aconselhamento que possibilita ao orientando expressar livremente seus anelos, preocupações, tensões emocionais, como também os seus planos positivos de escolha (Jordão, 2001).

A partir de Rogers, que compreendia “aconselhamento” e “psicoterapia” como tendo o mesmo significado, o uso das técnicas da terapia não-diretiva centrada no cliente se estendeu para além do âmbito da psicologia, medicina e psiquiatria, e assim vários grupos de profissionais passaram a ter formação em aconselhamento. Este aconselhamento não-diretivo, não consiste em dar conselhos, mas num caminhar lado a lado de conselheiro e cliente (Rogers, 1942).

Assim Rogers desenvolveu a psicoterapia não-diretiva e centrada no cliente, a partir duma prática que visava auxiliar as pessoas que enfrentavam problemas, conflitos e crises a ajudar a si próprias. Esta forma de aconselhamento enfatiza a auto-ajuda dos clientes na resolução de seus conflitos internos através da compreensão e re-educação de suas emoções.

Portanto, aconselhamento pode ser entendido como “o trabalho clínico em situações especiais, onde questões como tempo, espaço e procedimentos que requerem atenção especial” havendo o aconselhamento hospitalar, aconselhamento em organizações, aconselhamento com vítimas de violência sexual ou aconselhamento com delinquentes, dentre outras aplicações (Gobbi & Missel, 1998, p. 15).

Há ainda o aconselhamento pastoral realizado em instituições religiosas. Assim o Aconselhamento Pastoral constitui uma das diversas áreas de *Counselling* “Aconselhamento Psicológico” (Gobbi & Missel, 1998).

Clinebell (1984/2000) define aconselhamento pastoral como uma dimensão da poimênica que utiliza uma variedade de métodos terapêuticos e espirituais de cura para ajudar as pessoas a lidar com suas crises, conflitos e problemas numa forma que conduz ao crescimento. Para este autor, o aconselhamento pastoral tem uma função reparadora quando o crescimento das pessoas é prejudicado ou bloqueado devido a crises.

Neste sentido o que diferencia os aconselhamentos psicológicos do aconselhamento pastoral é o tipo de problema e a qualificação dos acon-

selhantes; pois, enquanto o aconselhamento psicológico se ocupa com as dificuldades de ordem psíquica e psicossocial e os seus profissionais têm uma formação psicoterapêutica específica, o aconselhamento pastoral focaliza problemas e dificuldades da vida sob o ponto de vista religioso e espiritual e os seus aconselhantes tem uma formação em área correlata à psicologia pastoral (Clinebell, 1984/2000).

Aconselhamento Psicológico (*Counselling*): Do Conceito à Práxis

Conforme Gobbi e Missel (1998), aconselhamento é a designação atribuída a um procedimento profissional fundamentado em entrevistas e intervenções.

O dicionário Aurélio define aconselhamento como uma “forma de assistência psicológica destinada a solução de leves desajustamentos de conduta” (Aurélio citado por Gomes, Silva & Gomes, 2010, p. 132).

Neste sentido, aconselhamento de acordo com Scheefer (1986) é ação educativa, preventiva, de apoio, situacional voltada para solução de problemas, sendo seu objetivo principal facilitar ao cliente obter uma realização adequada, promovendo o desenvolvimento através de suas escolhas.

Santos (1982) esclarece que o aconselhamento começou por volta dos anos 40, depois da guerra no sentido de poder ajudar os veteranos de guerra que estavam voltando.

Em 1942, Carl Rogers, com a publicação do livro *Counseling and Psychotherapy* viabilizou um deslocamento progressivo da abordagem psicométrica no processo de aconselhamento, que passou a ser centrado na pessoa do cliente e na relação cliente-conselheiro. Assim Rogers lança novas bases para o aconselhamento psicológico.

Para Santos (1982), o Aconselhamento Psicológico torna-se expressivo na década de 1950-1960. Conforme este autor a partir de então o aconselhamento tornara-se num método de assistência psicológica destinado a restaurar no sujeito, suas condições de crescimento e de atualização,

habilitando-o a perceber, sem distorções, a realidade que o cerca e a agir, nessa realidade, de forma a alcançar a satisfação pessoal e social.

O conceito de aconselhamento psicológico foi construído associado a outros conceitos de processos que intervêm no desenvolvimento do indivíduo, designadamente na formação e desenvolvimento do seu processo de personalização. Para Nunes (1994/1995) o conceito de personalização, pode ser compreendido como um processo pelo qual o indivíduo se torna uma pessoa, tendo este processo, começado na infância e se desenvolvido progressivamente ao longo de toda a vida, de uma maneira contínua e dinâmica, através de diferentes etapas com características próprias para além das diferenças individuais. Neste sentido, a personalização é:

o processo pelo qual o indivíduo desde a infância não só participa na construção da sua própria personalidade, como também ao longo da sua vida é capaz de colocar em questão o que faz de si próprio, graças às suas capacidades adquiridas de discriminação, de compreensão e de autonomia” (Tap, 1986, citado por Nunes, 1991, p. 10).

Na perspectiva de Nunes (1997), existem três variáveis, que contribuem para o processo de desenvolvimento da pessoa: as condições internas do indivíduo; a qualidade relacional que estabelece com os outros; e as condições externas às quais ele deve fazer face.

Por condições internas, Nunes (1997) considera aquelas que garantem o funcionamento biológico e que são a “matriz de dada pessoa”, caracterizada pelos dados da hereditariedade e pela existência de uma série de acasos ocorridos no complexo processo de diferenciação celular, que interferem na estruturação do organismo durante o período intra-uterino, constituindo o indivíduo na sua particularidade e originalidade.

A segunda variável, a qualidade relacional na interação humana, é essencial para que o indivíduo se desenvolva e atualize as suas potencialidades como pessoa, sendo necessário para tanto a existência de outro indivíduo; pois... “é a sociedade e a relação com o outro que condicionam a consciência de si como pessoa” (Caldeira, 1979 citado por Nunes, 1997, p. 31).

A qualidade da relação estabelecida é fundamental desde a infância. Neste sentido, conforme Nunes (1997), a qualidade da relação estabelecida, com as pessoas significativas para a criança, desde o nascimento, vai ser determinante para o desenvolvimento do seu todo como pessoa.

A terceira variável, que contribui para o processo de desenvolvimento da pessoa, são as condições externas, as quais referem-se às condições físicas, sociais e culturais, com as quais o indivíduo se confronta desde o nascimento (Nunes, 1997).

Desta forma, é através do processo de socialização em que o indivíduo integra a cultura do grupo a que pertence, que ele estrutura a sua personalidade; portanto, a influência do fator cultural é determinante tanto no desenvolvimento e estruturação da personalidade como no desenvolvimento do “equipamento psíquico” (Nunes, 1997).

A concepção humanista da personalidade, partilhada por Rogers, evidencia um conjunto de conceitos tais como: o conceito de organismo, de campo experiencial e campo fenomenológico, de *Self* e o conceito de Auto-Estima (Rogers & Rosenberg, 1977).

Esta perspectiva de aconselhamento, apresentado em parágrafos anteriores, de certa forma está associado à concepção humanista da personalidade, partilhada por Carl Rogers, manifesta num conjunto de conceitos tais como: o conceito de organismo, de campo experiencial e campo fenomenológico, de *Self* e o conceito de Auto-Estima, todos em contexto com a Psicologia Humanista (Rogers & Rosenberg, 1977).

A Psicologia Humanista coloca o humano no centro de suas preocupações, da sua compreensão mesma; entendendo-o como um ser autônomo e, portanto, responsável por sua própria existência, portanto é justo afirmar que o conceito de Aconselhamento foi forjado numa perspectiva da Psicologia Humanista. A denominação deste sistema psicológico de “humanista” se caracterizou como “antropocêntrica”, ou seja, o humano é uma totalidade de corpo e de alma, detentor de uma história que o define e, ao mesmo tempo, alguém que faz parte da natureza, isto é, um ente natural (Amatuzzi, 2008). De acordo com Amatuzzi (2008), a psicologia humanista procurou enfatizar o poder do homem, como também suas aspirações positivas, além

da experiência consciente, o livre-arbítrio, a plena utilização do potencial humano e a crença na integridade da sua natureza.

A psicologia humanista via no ser humano uma força que lhe é inerente e propiciadora de crescimento biopsíquico, a qual denominou de tendência à auto-realização, o que implica admitir que o homem é detentor de um poder de mudança interna e capaz de expressão dos sentimentos e autenticidade, tendo o potencial de querer sempre se atualizar cada vez mais enquanto houver vida e projeto para a própria existência (Amatuzzi, 2008).

Ao enfatizarem uma visão positiva do humano, valorizando suas potencialidades de crescimento e auto-realização, a saúde, o bem-estar (e não as psicopatologias), indo contra os enfoques psicanalíticos e behavioristas, tentando dar vazão aos processos criativos no desenvolvimento do humano, descrevendo ao máximo o significado da existência, a psicologia humanista possibilitou a compreensão do humano como modo de ser linguagem, que é seu maior diferencial, é o que “mais caracteriza a contribuição do humanismo para a psicologia” (Amatuzzi, 2008, p. 10).

Há na psicologia humanista uma dimensão existencialista, que será legada ao Aconselhamento (Amatuzzi, 2008).

Dentre os psicólogos humanistas Rogers é possivelmente o que mais contribuiu para a Psicologia do Aconselhamento; pois por não aceitar o humano na perspectiva da psicanálise freudiana como um ser pulsional e destrutivo, a psicologia de Rogers ressalta com muita intensidade a unidade positiva do humano, pela atuação da Tendência à Realização que auxilia na constituição da natureza pró-social do ser humano (Nunes, 1999).

Assim, em Rogers, o comportamento social construtivo é uma direção básica; portanto os aspectos pró-sociais advindos da Tendência à Realização que são: capacidade para identificação que leva a sentimentos de simpatia por outras pessoas; capacidade para empatia; tendência para afiliação; vinculação; comunicação; cooperação e colaboração social; capacidade para formação de regras morais e éticas e o esforço para viver de acordo com tais regras, Rogers (1986), caracterizam a “natureza construtora” do humano, visando promover a integridade e a atualização dos seus potenciais.

O conceito de organismo apresentado por Rogers (1986) está inserido num sentido amplo, abrangendo não só os aspectos físicos, mas igualmente os aspectos psíquicos, sociais e culturais; sendo, portanto a pessoa um todo, nas suas diversas dimensões bio-psico-socio-culturais e não redutível a partes ou funções. Portanto neste conceito “organismo” designa a totalidade do indivíduo, dizendo respeito à totalidade das experiências vividas pelo indivíduo, quer elas sejam de âmbito físico ou de âmbito psicológico e social.

Nesta teoria organísmica a pessoa é vista “como uma totalidade indivisível, isto é, para compreendermos o seu funcionamento, não podemos isolar as partes do todo, mas, entendê-la como uma globalidade interactiva e dinâmica” (Nunes, 1997, p. 40).

Ao sintetizar esta teoria organísmica Odete Nunes (1997) parte do pressuposto que todo o organismo é motivado por um impulso dominante; pois a interação entre o todo e as partes e a relação existente entre os elementos que constituem um dado sistema, conduz a um processo contínuo de auto-organização que possibilita a manutenção e complexificação deste.

Nunes (1997) dá maior ênfase às potencialidades de atualização inerentes ao organismo do que à influência exercida pelos fatores do meio exterior.

De acordo com Nunes (1997), em Rogers, o conceito de organismo é a pessoa total, incluindo neste conceito todas as dimensões que a constituem e a distinguem de outros organismos vivos, referindo-se ao todo bio-psíco e sociocultural, desta forma, a pessoa no seu todo organísmico desenvolve-se a partir de diferentes vivências que gradualmente vão constituindo o que Rogers chama de campo experiencial.

O organismo reage à realidade tal como esse organismo a experimenta e apreende essa realidade; portanto a noção de experiência, em Rogers, inclui tudo o que ocorre de modo consciente no organismo num determinado momento (Rogers, 1986).

Para Rogers, potencialmente é possível ter acesso a todas as experiências vividas, é possível simbolizar todas as experiências vividas desde que existam condições favoráveis que o permitam, sendo o “*setting*” (quadro terapêutico, uma dessas condições facilitadoras. (Nunes, 1997).

Neste sentido Nunes (1997) afirma que por campo experiencial entende-se o organismo como o lugar de toda a experiência vivida. Por outro lado a realidade ou a totalidade da experiência constitui o campo fenomenológico ou campo perceptivo.

Conforme Nunes (1997) à medida que a pessoa se desenvolve através de um conjunto complexo de relações intra e interpessoais nos diferentes contextos ambientais, há uma parte do seu mundo íntimo que se diferencia dos outros, isto é o seu campo fenomenológico diferencia-se surgindo uma parte que se constitui como a experiência de si possibilitando-lhe progressivamente a formação da “noção de “eu” (*Self*). De acordo com esta autora, numa abordagem rogeriana, o conceito de *Self* é definido como uma estrutura organizada, em constante mutação, constituída por todo o conjunto de percepções vivenciadas por uma dada pessoa, das quais se poderão enumerar as suas características, atributos, qualidades, defeitos e valores que o indivíduo reconhece como fazendo parte de si e que constituem a sua identidade.

Rogers irá diferenciar o “*Self Ideal*” ou “*Self Desejado*” do “*Self Real*” ou “*Self Percebido*” (Gobbi & Missel, 1998).

O “*Self Desejado*” é definido por Rogers como o “conjunto de características que o indivíduo mais gostaria de poder reclamar como descritivas de si mesmo”; enquanto que “*Self Percebido*”, refere-se ao conjunto de características (qualidades e defeitos) próprios do indivíduo (Gobbi & Missel, 1998, p.141). Tal como o “*Self*”, o “*Self Ideal*” é uma estrutura móvel que passa por constantes redefinições.

De acordo com Nunes (1997), Rogers defende que quanto maior é o grau de discrepância vivenciado pela pessoa entre o *self percebido* e o *self desejado*, maior é o seu estado de incongruência / desacordo interno e conseqüente sofrimento, pelo que esta auto-percepção leva a pessoa a vivenciar sentimentos de baixa auto-estima.

O estado de congruência é definido por Rogers como sendo o estado em que a pessoa livremente se aceita como é, com a experiência real dos seus sentimentos e das suas reações (Gobbi & Missel, 1998).

O estado de incongruência ou desacordo interno verifica-se quando a experiência real se encontra em oposição à imagem que o indivíduo tem de si mesmo (Nunes, 1997).

Portanto, o estado de desacordo interno ou incongruência, refere-se ao estado de desacordo entre a experiência, sua simbolização e os sentimentos despertados por esta, tratando-se da diferença sentida pela pessoa entre o que ela é e o que gostaria de ser (Gobbi & Missel, 1998), tal noção remete para o conceito de Auto-Estima, ou seja, a discrepância entre a “imagem de si” (*Self*) e o “conceito desejado” (*Self Desejado*) em todo um conjunto de características definíveis do indivíduo, dará um índice de auto-estima, ou refletirá uma “auto-insatisfação” que por sua vez gera a motivação para procurar ajuda.

Assim, em Rogers e Rosenberg (1977), a autonomia existencial do humano encontra-se quando ele passa a tornar-se congruente com sua experiência organísmica em um foco na avaliação interna, desta forma as suas decisões são avaliadas organicamente, assumindo a total responsabilidade pelas consequências das escolhas que empreende em congruência consigo mesmo. A “Pessoa” é aquela que, sofrendo os amargores mais próprios do existir e que a tolhem, vem em busca de compreensão acerca de si mesma, daí emerge a concepção de cliente de Rogers, que se sobrepõe a concepção de paciente.

Assim, consoante o pensamento de Rogers e Rosenberg (1977), o termo paciente não mantém sintonia com o conceito de aconselhamento, pois paciente significa aquele que espera pacientemente um resultado, estar passivo; reduzindo o indivíduo à figura de quem nada ou pouco pode fazer por si mesmo.

Por outro lado o termo cliente significa pessoa protegida, envolvendo uma idéia de ação, participação ativa (Jordão, 2001).

Desta forma o termo cliente é mais apropriado ao conceito de aconselhamento, pois apresenta o indivíduo como agente ativo de seu processo – aquele que busca ajuda, que faz algo por si, que reconhece o esforço necessário para trilhar sua jornada pessoal, aquele que participa ativamente de seu processo de autoconhecimento, através do confronto consigo mesmo, da admissão de fatos e comportamentos que eram camuflados,

negados, não aceites; estando comprometido com a busca de seu crescimento pessoal e com o reconhecimento de sua responsabilidade perante a própria existência (Jordão, 2001).

Portanto, a partir da perspectiva de Rogers, em síntese, é possível apresentar um conceito no qual o aconselhamento psicológico pode ser definido como um processo de escuta ativa, individualizado e centrado no cliente, o qual pressupõe “a capacidade de estabelecer uma relação de confiança entre os interlocutores, visando o resgate dos recursos internos da pessoa atendida para que ela mesma tenha possibilidade de reconhecer-se como sujeito de sua própria transformação” (Brasil, 1997, p. 11).

Assim, é possível a compreensão que aconselhamento é a práxis de ajudar as pessoas com problemas de saúde, problemas psíquicos, problemas sociais e mesmo problemas religiosos através de curto ou médio prazo com uma pessoa ou um grupo de pessoas qualificadas (Rosemberg, 1987).

Portanto, no processo de aconselhamento trabalha-se com a problemática que a pessoa expõe acolhendo sua experiência em determinada situação o que possibilita criar condições para que a própria pessoa faça o julgamento das alternativas e elabore suas opções, disponibilizando ao sujeito oportunidade de compreender a si mesmo de forma que o torne apto a tomar decisões diante de suas novas possibilidades (Santos, 1982).

Desta forma “o trabalho do conselheiro se dá no sentido de facilitar ao cliente uma visão mais clara de si mesmo, de sua perspectiva ante a problemática que vive” (Rosemberg, 1987, p. 76).

Assim, em cada intervenção ou em cada entrevista em função das necessidades específicas da pessoa o aconselhamento envolve três componentes diferentes (Jordão, 2001):

- (1) de ajuda, para lidar com as dificuldades, identificar as soluções, tomar decisões e mudar comportamentos;
- (2) pedagógica, relacionada com a transmissão de informação e
- (3) de apoio, relacionado com a transmissão de segurança emocional, facilitação do controle interno e promoção da autonomia pessoal.

A interação entre conselheiro e cliente se faz necessária no sentido de reduzir ao mínimo a diretividade, procurando amenizar tensões e preparar

o cliente para suas decisões, facilitando alterações nas percepções do cliente sobre si mesmo e sobre o seu meio (Jordão, 2001).

Nesta relação à primeira condição é a congruência e autenticidade em que se caracteriza uma relação genuína, na qual o terapeuta é o que é, não negando a si mesmo. Neste sentido

Rogers fala que os terapeutas melhor sucedidos no lidar com clientes não-motivados, resistentes, doentes crônicos, pobremente educados, são os que, antes de tudo, são reais; que reagem de uma forma genuína, que exibem essa autenticidade e que são assim percebidos pelo cliente. Ser congruente pode significar, às vezes, exprimir aborrecimento, preocupação ou frustração no relacionamento com o cliente, mas de forma tal que este sinta que isso parte do próprio terapeuta e não dele, cliente. Eis por que técnicas psicoterápicas tão diversas podem ser efetivas na medida que haja essa condição de congruência, ainda que atingida de maneira diversa. (Santos, 1982, p. 41).

A segunda condição é a consideração positiva incondicional, ou seja, o conselheiro precisa está vivenciando atitudes positivas de aceitação e de calor humano para com o cliente (Jordão, 2001).

Esta é uma atitude que envolve a genuína boa vontade do conselheiro para com tudo que se passa na relação com o cliente; pois este vê o cliente como um ser com potencial e reações humanas, de um modo tal que não aprova, nem reprova (Rosemberg, 1987).

O cliente expõe seus problemas e o conselheiro pode intervir de diferenciadas maneiras de forma que o problema seja devidamente enquadrado em hipóteses prováveis, com a pretensão de o conselheiro e cliente chegarem a uma estruturação dos problemas a serem resolvidos (Rosemberg, 1987).

O conselheiro deve “ouvir” o cliente mantendo atitudes não críticas, facilitando sua expressão (Rosemberg, 1987).

Rogers diz que não se precisa ser profissional para sentir a efetividade dessa atitude. Menciona, como exemplo, o caso de

Gladys, hospitalizada como psicótica durante muitos anos e que começou a melhorar quando uma família começou a recebê-la em sua casa, sem se importar com seus defeitos, aceitando-a sem julgá-la, criticá-la ou guiá-la. Disse Gladys certo dia: “Eles (a família) me ajudaram mais do que qualquer médico. Naturalmente os médicos ajudam também. Mas eles agüentaram mesmo quando eu lhes era desagradável e dizia coisas que não devia.” (Santos, 1982, p. 41).

A terceira condição é a compreensão empática do cliente, ou seja, o conselheiro deve compreender o cliente, ter senso do mundo interno e das significações pessoais do cliente como se fosse ele próprio, seu próprio mundo, todavia assegurando a neutralidade sempre (Jordão, 2001).

De acordo com Jordão (2001) esta condição é a chave para o processo de aconselhamento, pois é através dela que todos os conselheiros atingem as pessoas.

Consoante Santos (1982) o comportamento empático pode se expressar de formas diferentes conforme o contexto da relação aconselhador—aconselhado e das habilidades pessoais do aconselhador, existindo vários canais de interação empática.

Discutindo o Pastoral Counseling: A Compatibilização da Abordagem Centrada no Cliente Com o Aconselhamento Bíblico.

Conforme Clinebell (1984/2000, p. 110) a tradição protestante exerceu de forma atuante uma prática de cuidado espiritual semelhante ao aconselhamento pastoral, ele afirma que “Lutero praticou um ministério de direção espiritual, Calvino preocupou-se com a orientação da consciência, e Richard Baxter, em seu clássico *The Reformed Pastor* (1656/2008), recomendou que os pastores não deveriam tratar com displicência o trabalho de conselho pessoal”. Este autor conclui que “... fica claro que a tradição cristã tem considerado a direção espiritual uma dimensão central da

poimênica”, devendo ser entendido o termo direção espiritual como uma prática de aconselhamento pastoral.

O Aconselhamento Psicológico nas Igrejas Evangélicas toma forma a partir da década de 1930, inicialmente nos Estados Unidos e Europa e mais tarde em diversos países da América Latina, a exemplo do Brasil. Desde então as igrejas foram aderindo especialmente ao aconselhamento não-diretivo (Gomes, Silva & Gomes, 2010).

Assim, o termo “aconselhamento pastoral”, que atualmente já é bastante usado pelas igrejas evangélicas do Brasil, é a tradução de *Pastoral Counseling*, expressão usada nos Estados Unidos a partir do século XX no tocante à relação de ajuda na área da saúde no âmbito da Igreja; todavia, conforme o contexto é usado outros termos como poimênica, clínica pastoral (acompanhamento pastoral em hospitais) e psicologia pastoral. O *Pastoral Counseling* recebeu forte influência da psicologia, embora suas bases ainda estejam na teologia. O aconselhamento pastoral no Brasil está diretamente associado às funções do cuidado pastoral e de acordo com os pressupostos teológico admitido por cada modelo de aconselhamento este ora se distancia ora se aproxima das idéias de Carl Rogers (Gomes, Silva & Gomes, 2010).

No entanto, seja no aconselhamento pastoral que segue modelos tradicionais ou no aconselhamento cujo modelo admitam pressupostos baseado na abordagem centrada na pessoa, todo o processo de cuidado pastoral é uma ação ou realização continuada e prolongada de alguma atividade que vise, ao final, o bem-estar daquele que necessita de cuidados, o que pode revelar as diversas origens do problema e, também, direcionar para os melhores caminhos a fim de solucioná-los (Gomes, Silva & Gomes, 2010).

Portanto, fazendo uma análise de alguns modelos de cuidado pastoral utilizados e aplicados à realidade brasileira, conforme Gomes, Silva e Gomes (2010) é possível mencionar o Método libertador, Método empoderador, Método terapêutico, Método ministerial e o Método de interação pessoal.

a) Método libertador

Neste método parte-se da perspectiva que libertar é uma sucessão de ações e reações com o objetivo de trabalhar com as pessoas para que estas se tornem sabedoras das origens e desenvolvimentos da opressão e da dominação na sociedade em que vivem e entendam melhor sua vida profissional, financeira, social, psicológica e religiosa (Gomes, Silva & Gomes, 2010).

Neste sentido o aconselhamento pastoral é acima de tudo uma ação educativa, o que caracteriza em partes a função docente do pastor. Assim, o aconselhamento é uma ação educativa, preventiva, de apoio, situacional, voltada para a solução de problemas, isto é, o “aconselhamento relaciona-se a apoio e a reeducação” (Scheffer, 1986, p. 16).

Este processo de ação educativa envolve principalmente o apoio emocional, portanto trabalha com material consciente e dá ênfase à normalidade; portanto seu objetivo é facilitar à pessoa obter uma realização adequada, ou seja, segundo Patterson e Eisenberg (1988, p. 1), “capacitar o cliente a dominar situações de vida, a engajar-se em atividades que produzam crescimento e a tomar decisões eficazes”.

Os problemas de origens pessoais podem ser identificados na história de vida do aconselhado e têm muito a revelar sobre quem é a pessoa, como chegou ao ponto em que está. Identificadas as raízes das questões que atormentam, ficará mais fácil desenvolver um trabalho de acompanhamento, de cuidado pastoral, até que haja libertação dos sentimentos negativos, dos pensamentos ruins e da forma de vida que prejudica a si mesmo e aos outros (Gomes, Silva & Gomes, 2010).

Identificada a origem das dificuldades da pessoa que busca ajuda pastoral, é necessário avaliar as opções de soluções existentes que favoreçam uma mudança de vida por parte de quem precisa passar pelo processo de libertação. O cuidado pastoral orientado por este modelo pensa em uma teologia da libertação que vise à melhoria de vida em todos os aspectos da população (Gomes, Silva & Gomes, 2010).

Este método sustentado na perspectiva da Teologia da Libertação sustenta premissas que partem de um campo, denominado por Rogers

de “campo da experiência”, ou seja, tudo o que aprendemos e somos foi adquirido a partir de uma experiência. Conforme Rogers escreve: “a minha própria experiência é a pedra angular de qualquer validade” (Rogers citado por Gomes, Silva & Gomes, 2010, p.133). Dentro desse campo existe o *self* que diz respeito ao conceito que a pessoa tem de si mesma; uma instância não estável, mas em movimento, por isso visto dentro de um processo. Este conceito de si é baseado em formulações de experiências passadas.

Portanto por este modelo é possível trabalhar um aconselhamento pastoral centrado no cliente.

b) Método empoderador

Empoderar significa admitir que cada pessoa tem dentro de si forças necessárias para encarar seus problemas. Este método objetiva despertar e promover a iniciativa e a participação das pessoas na sociedade e na igreja, sendo o cuidado pastoral orientado por este modelo a base do processo de reestruturação psicológica, mobilização social e participação religiosa (Gomes, Silva & Gomes, 2010).

Partido do pressuposto que a vida em sociedade é o resultado da ação do ser humano que compõe essa sociedade; ou seja, toda ação ou omissão faz do ser humano o sujeito da história e não um simples espectador, neste método o conselheiro procura dar mais atenção à capacidade pré-existente nas pessoas que suas dificuldades. Isto é, o conselheiro terá de promover a iniciativa das pessoas, acreditando que elas são capazes de resolver os problemas que afetam diretamente suas vidas (Gomes, Silva & Gomes, 2010).

A premissa teológica que fundamenta este método parte da crença que quando Deus criou o homem, concedeu-lhe a capacidade de dominar e administrar, o que implica em admitir que a pessoa está dotada de meios para gerir sua vida e transformar o que for necessário para que tenha uma vida melhor (Gomes, Silva & Gomes, 2010).

Portanto o cuidado pastoral orientado por este modelo ‘extrai e constrói’, a partir das forças e recursos amortecidos de indivíduos e de comu-

nidades, estratégias e métodos que minimizem ou eliminem o sentimento de incapacidade pessoal (Gomes, Silva & Gomes, 2010).

Este modelo é conciliável com a Psicologia Humanista de Rogers, pois a concepção de empoderar pode ser substituída pelo conceito de congruência de Rogers, ou seja, empoderar é viabilizar iniciativas para que o indivíduo seja congruente consigo mesmo, isto é, viva o que de fato sente, não se limite.

Rogers dirá que no campo da experiência, a pessoa nem sempre expressa o que de fato está sentido, como também a comunicação corresponde com o que a pessoa está sentido. Para ele quando há coerência entre a comunicação e o campo da experiência, há o que Rogers vai denominar de *congruência*; ou seja, congruência seria poder expressar o que de fato está sentido, viver o que de fato sente. Assim para Rogers ser congruente consigo mesmo, é não se deixar limitar nos seus sentimentos, mas vivenciá-los e expressá-los. O contrário, Rogers vai denominar de incongruente, isto é a pessoa expressa algum sentimento sem ser de fato o que está sentido e experimentado, sendo assim uma pessoa que não é capaz de tomar decisões (Rogers & Rosenberg, 1977).

O crescimento pessoal é impedido na medida, em que o sujeito vai se negando e assim estará distorcendo outras experiências e criando novas ocasiões de incongruência, portanto a abordagem centrada na pessoa viabilizaria ao método empoderador o alcance de seus objetivos primordiais (Gomes, Silva & Gomes, 2010).

c) Método terapêutico

O condicionamento mental negativo não permite que a pessoa prossiga sua jornada diária, pelo contrario, cria diversos obstáculos psicológicos que acabam por refletir no comportamento afetando a saúde mental da pessoa (Patterson & Eisenberg, 1988).

O cuidado pastoral orientado por este modelo tem como objetivo a produção de cura das doenças da alma a tal ponto que o indivíduo passe por mudanças e sua vida venha ter estabilidade, equilíbrio e alívio. A psicoteologia denomina de terapia toda intervenção que visa tratar os

problemas somáticos, psíquicos ou psicossomáticos, suas causas e seus sintomas, com o fim de obter um restabelecimento da saúde ou do bem-estar (Clinebell, 1984/2000).

Em muitas igrejas que adotam este modelo, além do gabinete pastoral, existe um espaço, semelhante a um consultório psicológico, sendo em tais denominações, o pastor preparado para ser conselheiro ainda no Seminário Teológico, na disciplina Psicologia Pastoral ou disciplina equivalente (Gomes, Silva & Gomes, 2010).

Nesta disciplina o seminarista estuda Psicologia Geral, Psicologia Aplicada, Psiquiatria etc., com o propósito de fornecer uma visão geral do aconselhamento psicológico. Em algumas denominações é recomendado aos pastores conselheiros que estes também possuam formação de psicólogo ou de psicanalista. Neste sentido, a Constituição dos Presbitérios Metodistas do Sertão, no Estado da Bahia, Brasil, determina que no curso de Bacharelado em Teologia do seu Seminário Maior, requisito para o cargo de pastor titular, sejam obrigatórias as disciplinas Psicologia Geral, Psicologia da Religião e Psicologia Pastoral; sendo recomendado ao pastor responsável pelos conselheiros a formação de Psicólogo ou de Psicanalista (Gomes, Silva & Gomes, 2010).

Disciplinas de aconselhamento e clínica pastoral no currículo da formação teológica, também foram incluídas na Escola Superior de Teologia da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (Gomes, Silva & Gomes, 2010).

No modelo terapêutico a abordagem centrada na pessoa de Rogers encontra eco no aconselhamento pastoral, pois a terapia centrada na pessoa, parte do princípio de que o cliente, como denominou Rogers, possua a competência necessária à solução de seus problemas; e desta maneira, a pessoa poderá caminhar para uma mudança de comportamento a partir dela mesma. Neste sentido, conforme Hipólito (2005), a compreensão bíblico-teológica de que o ser humano foi “criado à imagem e semelhança de Deus” permite inferir que, de fato, como postulava Rogers, estão em todos os seres humanos as potencialidades para o crescimento.

A Abordagem Centrada na Pessoa é baseada na premissa de que “o ser humano é basicamente um organismo digno de confiança, capaz de

avaliar a situação externa e interna, compreendendo a si mesmo no seu contexto, fazendo escolhas construtivas quanto aos próximos passos na vida e agindo a partir dessas escolhas” (Rogers, 1989, p. 23).

Para Rogers (1989) o cliente tem a chave de sua recuperação, mas o terapeuta deverá ter algumas qualidades, que provoquem no cliente meios para usar essa “chave”. Esta atitude do terapeuta, Rogers vai denominá-la de “consideração positiva incondicional” a qual é fundamental ao pastor enquanto conselheiro, pois:

As pessoas esperam que aconselhadores pastorais as ajudarão não apenas em relação a seus problemas matrimoniais, suas questões vocacionais e seu pesar por alguma perda sofrida, mas também e muito especialmente em relação à sua busca de sentido, à sua busca de Deus. Portanto, o cerne da poimênica e do aconselhamento pastoral para as pessoas de nossos dias pode consistir em ajudá-las a encontrar sua rocha [...] em ajudá-las a centrar suas vidas no mistério que chamamos de Deus. Se os aconselhadores pastorais não estão em condições de oferecer tal ajuda, seus clientes poderão, no fim, sentir que se lhes ofereceu uma pedra no lugar de pão (Barry, 1977, pp. 5-6).

d) Método ministerial

O método ministerial envolve o cotidiano das diversas atividades da igreja, sendo este um dos métodos de aconselhamento pastoral mais tradicionais (Gomes, Silva & Gomes, 2010).

Este método sustenta por pressuposto que o culto pode servir de porta de entrada para que as pessoas problemáticas procurem ajuda pastoral, pois muitos possuem problemas e não sabem como resolver e, também têm vergonha de procurar o gabinete pastoral para melhor ser atendido. A explanação de temas relevantes da atualidade apontará propostas de soluções de problemas (Gomes, Silva & Gomes, 2010).

Neste método o sermão é o mais eficiente recurso de aconselhamento e de cuidado pastoral, embora o aconselhamento bíblico em muitos casos o supere (Gomes, Silva & Gomes, 2010).

Em muitas igrejas não é raro encontrar um sermão sem qualquer “insight” de psicologia e o uso de princípios psicológicos como guias na interpretação da exegese da Escritura. Sagrada procurando conciliar a fé cristã com a psicologia humanista, que tem seu apogeu nos conceitos de Rogers (Gomes, Silva & Gomes, 2010).

Todavia, na maioria das igrejas evangélicas que usam o modelo ministerial como forma de aconselhamento pastoral, a principal forma de aconselhamento pastoral é o aconselhamento bíblico. As divergências entre o aconselhamento psicológico e o aconselhamento bíblico são bastante significativas. Enquanto o aconselhamento psicológico promove a crença de que os problemas que afetam adversamente o bem estar mental e emocional da pessoa são determinados por circunstâncias fora da pessoa, o chamado aconselhamento bíblico sustenta que a Bíblia diz que um coração humano maligno e suas escolhas pecaminosas é que são causadores dos problemas emocionais e comportamentais; enquanto a psicoterapia baseada nos pressupostos da psicologia humanista tenta melhorar o ego através de conceitos, como amor próprio, auto-estima, auto-imagem, auto-atualização, etc. (Gomes, Silva & Gomes, 2010).

O Aconselhamento Bíblico ensina que o ego é o maior problema da humanidade e não a solução dos males que a afligem (Gomes, Silva & Gomes, 2010).

Existem também entre os que adotam o modelo ministerial, aqueles que defendem um aconselhamento bíblico que, com base nas próprias escrituras, sugere que o homem é desafiado por Deus a superar suas fraquezas, insuficiências, bloqueios etc.. Assim, na perspectiva da Teologia Cristã a pessoa humana é convocada a crescer, estando programada genética e espiritualmente para a evolução de seu organismo, consoante Hipólito (2005), tendo por referência Cristo, a pessoa perfeita.

e) Método de interação pessoal

O cuidado pastoral orientado por este modelo procura desenvolver a interação pessoal, em que as habilidades relacionais são utilizadas para facilitar o processo de exploração pessoal, esclarecimento e mudança em relação a comportamentos, sentimentos ou pensamentos indesejados (Gomes, Silva & Gomes, 2010).

Este método tem por fundamento a demonstração positiva da percepção da presença do outro. Para que exista interação pessoal efetiva é necessário que as pessoas se reconheçam enquanto sujeitos na relação comunicativa. Cada indivíduo possui suas características pessoais que devem ser respeitadas e aceitas pelo outro. Nele o conselheiro pode conscientizar as pessoas que um relacionamento só acontece e se desenvolve quando duas ou mais pessoas, cada uma com sua existência própria e necessidades pessoais, contatam uma a outra reconhecendo, respeitando e permitindo as diferenças entre elas. Desta forma, cada um é responsável por se permitir ser influenciado pelo outro (Gomes, Silva & Gomes, 2010).

Neste método a perspectiva de empatia defendida na abordagem centrada na pessoa de Rogers é fundamental.

Além disso, Rogers na sua teoria vai enfatizar o valor do relacionamento social como campo de ação onde se possa promover seres congruentes, ou podem servir como foco de “condições de valor”. Para ele é através desse relacionamento que nossas personalidades vão se tornando cada vez mais visíveis e ainda oferecem a melhor oportunidade para se funcionar por inteiro (Rogers, 1989).

Considerações Finais

O aconselhamento é definido como uma intervenção de caráter preventivo ou de apoio, e de caráter situacional. Assim, a práxis do aconselhamento deve refletir seu conceito.

Isto significa que a relação no âmbito do aconselhamento caracteriza-se por uma menor intensidade de expressão emocional e maior ênfase nos aspectos cognitivos, utilizando informações específicas e sugestões;

portanto o aconselhador desempenha a função de dar suporte às questões circunstanciais.

Desta forma é possível concluir que durante o processo de aconselhamento o conselheiro deve aguardar que os problemas e as soluções destes partam do próprio cliente, todavia se isto não ocorrer o conselheiro deve informar o cliente de maneira impessoal sobre os dados coletados e suas respectivas interpretações, oferecendo um panorama geral, baseado na exploração de cada idéia e dos sentimentos manifestos, com o escopo que o cliente conheça suas possibilidades produzindo assim condições favoráveis, livre de tensões para suas decisões.

Assim o conselheiro tem o papel de assistir a exposição dos problemas do cliente, refletir seus sentimentos demonstrando aceitação e empatia, desenvolvendo uma sensibilidade aos sentimentos e as significações pessoais que o cliente vivencia.

A eficácia do aconselhamento está em assegurar a pessoa a enfrentar seus conflitos vivenciados com um suporte psicológico proporcionando condições para que ocorram esclarecimentos sobre a situação, promovendo desta forma uma nova significação do conflito.

É notório que alguns teólogos defendem que o *Pastoral Counseling*, em função da influência da psicologia ameaça a fé na suficiência da Palavra de Deus, ao convencer as igrejas de que a psicoterapia é científica e necessária para suprir o que falta na Bíblia, no que se refere às necessidades mentais, emocionais e comportamentais. Neste sentido, estes afirmam que as teorias básicas do aconselhamento psicológico são contraditórias ao que a Bíblia ensina sobre a natureza humana e a solução divina para os seus problemas mentais, emocionais e comportamentais.

No entanto os teólogos que defendem o aconselhamento pastoral reconhecem este como um processo comunicativo que considera as diferentes dimensões do ser humano, procurando perceber e resolver as dificuldades do ponto de vista religioso e espiritual; levando em consideração as dimensões físicas, emocionais, sociais, econômicas, políticas e culturais em que a pessoa se insere.

Nesse sentido o aconselhamento pastoral se mantém aberto para uma prática interdisciplinar e valoriza o conhecimento de outras ciências (além da Teologia) para a relação de ajuda, em especial a Psicologia Humanista.

É justamente nos conceitos de Rogers, um dos maiores expoente da Psicologia Humanista que o elo entre Teologia Cristã e Psicologia Humanista é manifesto, principalmente através da abordagem centrada na pessoa.

Faz-se evidente que existem determinadas incompatibilidade entre os modelos de aconselhamento pastoral mais tradicionais, que por norma é de caráter eminentemente diretivo e a prática de um tipo de aconselhamento inspirado na Abordagem Centrada na Pessoa, na qual a aproximação ao outro se reveste em atenção à pessoa e não no problema; entretanto em todos os modelos analisados nesta pesquisa foi constatado a viabilidade da abordagem centrada na pessoa no aconselhamento pastoral.

Por fim, pode ser admitido que o aconselhamento pastoral que viabilize uma abordagem centrada na pessoa torna-se num importante segmento da Psicologia do Aconselhamento, considerando que “saúde mental” conforme Rogers é a capacidade da pessoa aceitar-se do jeito que é, e não do jeito que gostaria de ser, e o aconselhamento pastoral, em suma, cumpre esta finalidade.

Referências

- Amatuzzi, M. (2008). *Por uma psicologia humana* (2ª ed.). Campinas: Alínea.
- Barry, W. (1977). Spiritual direction and pastoral counseling. *Pastoral Psychology*, 26(1), 4-6.
- Ministério da Saúde (1997). *Manual de controle das doenças sexualmente transmissíveis*. Brasília: Autor.
- Baxter, R. (2008). *The reformed pastor* (E. Gomes, Trans.). São Paulo: Cultura Cristã. (Obra original publicada em 1656).
- Clinebell, H. J. (2000). *Aconselhamento pastoral. Modelo centrado em libertação e crescimento* (W. Schlupp & L. M. Sander, Trans.). São Leopoldo: Sinodal. (Obra original publicada em 1984).

- Gobbi, S. & Missel, S. (1998). *Abordagem centrada na pessoa: Vocabulário e noções básicas*. Tubarão: Ed. Univ. UNISUL.
- Gomes, S., Silva, J., & Gomes, P. (2010). *Constituição dos presbitérios vinculados a pentecostal methodist evangelical church – PMEC/USA*. Macururé: Seminário Metodista Pentecostal.
- Hipólito, J. (2008, June). Dor e sofrimento, intervenção psicológica e espiritual. In E. E. Chairperson (Chair), *Jornadas de reflexão “Do sofrimento à esperança. Por uma espiritualidade saudável”*. Symposium conducted at the meeting of Aula Magna da Faculdade de Medicina de Lisboa, Lisboa.
- Hipólito, J. (2005). Carl Rogers e a corrente fenomenológico-existencial. *Psique* 1, 43-58.
- Jordão, M. P. (2001). Reflexões de um terapeuta sobre as atitudes básicas na relação terapeuta-cliente. In A. Editor, & B. Editor (Eds.). *Aconselhamento psicológico centrado na pessoa* (2ª ed., pp. 45-52). São Paulo: EPU.
- Nunes, M. O. (1995). *Communautés thérapeutiques charismatiques et personnalisation*. Toulouse: Université Toulouse le Miraeil.
- Nunes, M. O. (1997). *Valores e reorganização do self: Estudo exploratório realizado numa comunidade terapêutica carismática de toxicodependentes* (Dissertação de mestrado). Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.
- Nunes, M. O. (1999). Uma abordagem sobre a relação de ajuda. In O. Nunes (Ed.), *A pessoa como centro: Revista de estudos rogeriano* (Vol. III, pp. 43-52). Lisboa: Associação Portuguesa de Psicoterapia Centrada na Pessoa e Counselling.
- Patterson, L. E., & Eisenberg, S. (1988). *O Processo de Aconselhamento*. S. Paulo: Martins Fontes.
- Rogers, C. (1942). *Counseling and psychotherapy: Newer concepts in practice*. Boston: Houghton Mifflin.
- Rogers, C. (1986). *Liberdade de aprender em nossa década* (2ª ed.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Rogers, C. (1989). *Sobre o poder pessoal* (3ª ed.). S. Paulo: Martins Fontes Editora.
- Rogers C., & Rosenberg, R. (1977). *A pessoa como Centro*. São Paulo: EPU.
- Rogers, C., & Srevens, B. (1987). *De pessoa para pessoa: O problema de ser humano*. São Paulo: Pioneira.

Rogers, C., & Kinget, G. (1977). *Psicoterapia e relações humanas*. Belo Horizonte: Interlivros.

Rosemberg, R. L. (1987). *Aconselhamento psicológico centrado na pessoa*. São Paulo: EPU.

Rowland, N. (1992). Counselling and counselling skills. In M. Sheldon (Ed.), *Counselling in general practice* (pp. 1-7). London: Royal College of General Practitioners, Clinical Series.

Santos, O. B. (1982). *Aconselhamento psicológico e psicoterapia. Auto-afirmação: Um determinante básico*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora.

Scheeffeffer, R. (1986). *Teorias de aconselhamento*. São Paulo: Atlas.